

Fw: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2022

DLOG - Serviço de Compras CGAD

Mon 7/25/2022 1:47 PM

To: thaynaduarte2912@gmail.com <thaynaduarte2912@gmail.com>;

Prezado licitante, boa tarde

Segue abaixo resposta de INDEFERIMENTO da equipe de planejamento da contratação quanto ao pedido de impugnação ao Edital PE SRP nº 25/2022 - CGAD.

Att,

Equipe PE SRP 25/2022
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

Sent: Monday, July 25, 2022 11:59 AM

To: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Subject: RES: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2022

Sr. Pregoeiro,

A Empresa FORMALTA solicita impugnação do certame tendo em vista a necessidade e a exigência de apresentação dos seguintes documentos pelas empresas participantes do certame:

- A. Licença ambiental válida – Licença de Operação (LO) –, emitida em nome do fabricante do produto, conforme artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e art. 2º, caput e § 1º, e Anexo da Resolução CONAMA 237/1997; e
- B. A licença ambiental supracitada se refere a Licença Ambiental com galvanoplastia, considerando a aderência da referida atividade ao objeto a ser licitado.
- C. Certificado de Licença de Funcionamento (CLF), emitido pela Polícia Federal, em atendimento à Lei 10.357, de 27 de dezembro de 2001, ao Decreto 4.262, de 10 de junho de 2002 e à Portaria MJSP 240/19, de 12 de março de 2019.
- D. Alvará de Produtos Controlados correspondente à(s) atividade(s) do licitante e Certificado de Vistoria, ambos emitidos pela Polícia Civil, se exigível, de acordo com a legislação Estadual relativa ao local de domicílio da empresa.
- E. Certificado de Registro de produtos controlados pelo Exército
- F. Caso o licitante se caracterize apenas como comerciante, deverá buscar junto ao fabricante do item ofertado a documentação supra mencionada e apresentá-la conforme os termos previstos no Edital.

Da mesma forma que a Empresa entrou com pedido de impugnação referente as mesmas solicitações apresentadas acima, no certame anterior, (processo SEI nº 08200.000391/2020-70), e respondidas sequencialmente pela Equipe de Planejamento da Contratação, informa-se que para fins destes questionamentos foram solicitadas informações ao Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA ligados ao Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados- DFPC- ligados ao Exército Brasileiro e Divisão de Controle de Produtos Químicos-DPCQ- ligados a Polícia Federal, e as respostas amparam o entendimento desta Equipe que os pedidos de documentos de licenciamento não são obrigatórios para habilitação da empresa no certame pois se trata de obrigação acessória da empresa a ser contratada visto que estão diretamente relacionados com o objeto a ser adquirido. A adequação da empresa junto a outros entes de regulação e fiscalização é condição necessária para o regular funcionamento da empresa, no caso do fabricante do item Distintivo Policial.

Desta forma, a Equipe de Planejamento da Contratação indefere o pedido de impugnação.

Att,
EPC

De: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Enviada em: sexta-feira, 22 de julho de 2022 18:09

Para: DLOG - Serviço de Controle da Logística Policial CGPLAM <secol.cgplam.dlog@pf.gov.br>

Assunto: Fw: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2022

Prezados, boa tarde

Encaminho pedido de impugnação ao Edital do PE 25/2022 para análise e manifestação deste departamento técnico da contratação.

Att,

Equipe PE SRP 25/2022
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

From: Thayna Leal <thaynaduarte2912@gmail.com>

Sent: Friday, July 22, 2022 5:02 PM

To: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Subject: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2022

Boa tarde,

Prezados,

Segue em anexo pedido de impugnação ao edital do PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2022.

At.te,

Thayna Leal.



Livre de vírus. www.avast.com.

NOVA FORMALTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MAT. MILITARES EIRELE-EPP
ESTRADA DAS FIGUEIRAS, QD 19 LOTE 7, 2LOT DAS CHACARAS RIO PETROPOLIS-
DUQUE DE CAXIAIS – RJ | CEP: 25.230-022 | CNPJ: 14.550.838/0001-63 – INSC
EST.:79.541.974

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL -
COORDENAÇÃO CENTRAL ADMINISTRATIVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25/2022

REF.: Pedido de Impugnação – INTERPÕE.

NOVA FORMALTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS MILITARES EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Duque de Caxias – RJ, sita à ESTRADA DAS FIGUEIRAS QD 19 LOTE 7, 2LOT DAS CHACARAS RIO PETROPOLIS, Duque de Caxias, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.550.838/0001-63, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, com fulcro no art. 24. do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e, principalmente, do ITEM 24, DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, apresentar a **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe, pelos fundamentos demonstrados nesta peça.

I - TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública eletrônica está prevista para 27 de Julho de 2022, tendo sido, portanto, cumprido o prazo previsto no edital, ITEM 24 do Pregão em referência:

Decreto nº 10.024:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Edital do Pregão Eletrônico nº: 25/2022

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital.

II - OBJETO DA LICITAÇÃO

O Pregão Eletrônico em referência tem por objeto a Aquisição de acessórios táticos policiais a fim de compor um kit policial para cada policial Federal em atividade, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência deste edital.

Dentre os itens ora licitados, temos DISTINTIVOS, itens em METAL, os mesmos tem seu acabamento realizado por GALVANOPLASTIA no qual o tratamento a ser utilizado em sua fabricação, está sujeita as normas de controle ambiental e licenciamento de produtos controlados potencialmente poluidores.

Trata-se de atividade potencialmente poluidora, de acordo com o constante do Anexo I da Resolução CONAMA nº 237, de 22/12/1997, publicada no Diário Oficial da União nº 247, de 22/12/1997.

III - DOS FATOS E FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

A Impugnante, ao proceder à análise do mencionado ato convocatório, constatou a existência de algumas irregularidades que necessitam obrigatoriamente serem excluídas e/ou alteradas, visando, acima de tudo, e em estrita observância aos princípios norteadores das licitações, resguardar o regular prosseguimento do procedimento licitatório e o bem público.

O Edital do Pregão em epígrafe deixou de exigir, para os **ITENS METÁLICOS**, oriundos da transformação de metais realizada pela indústria metalúrgica, a necessária e obrigatória licença ambiental,

NOVA FORMALTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MAT. MILITARES EIRELE-EPP
ESTRADA DAS FIGUEIRAS, QD 19 LOTE 7, 2LOT DAS CHACARAS RIO PETROPOLIS-
DUQUE DE CAXIAIS – RJ | CEP: 25.230-022 | CNPJ: 14.550.838/0001-63 – INSC
EST.:79.541.974

conforme especificado na Resolução CONAMA nº 237, de 22 de dezembro de 1997, como condição de habilitação ao certame licitatório:

Resolução CONAMA 237/1997:

Art. 2º. A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis. (grifos nosso)

Ressaltamos que, para o caso em questão, trata-se de atividade, cujo o enquadramento está elencado no item 3 do anexo I do Conama 237/1997, como Indústria Metalúrgica, inclusive GALVANOPLASTIA, pois para realizar o processo de fabricação de artigos em metal, conforme especificações descritas no termo de referência do edital, se faz obrigatório o uso de banhos de cromo, níquel, ouro, cobre, entre outros. Por conta disso, a licença ambiental deverá conter em sua descrição de atividade principal, as atividades de galvanoplastia para que seja resguardado o cumprimento das obrigações do fabricante perante o meio ambiente.

Outro ponto que é importante destacar, é que as atividades de tratamento de superfície pelo processo de galvanoplastia, utilizam-se produtos químicos, como por exemplo, ácido clorídrico, ácido sulfúrico, permanganato de potássio, entre outros, sujeitos a controle e fiscalização da POLÍCIA FEDERAL, nos termos previstos na Lei 10.357, de 27 de Dezembro de 2001 e na portaria nº 240, de 12 de março de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sendo assim, é obrigatório a apresentação da Licença de Funcionamento (CLF), emitida pela Polícia Federal e **Certidão Registro (CR) de produtos controlados emitida pelo Exército.**

➤ **LEI N° 10.357, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001**

Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

➤ **PORTARIA N° 240, DE 12 DE MARÇO DE 2019**

Estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal.



@novaformalta

NOVA FORMALTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MAT. MILITARES EIRELE-EPP
ESTRADA DAS FIGUEIRAS, QD 19 LOTE 7, 2LOT DAS CHACARAS RIO PETROPOLIS-
DUQUE DE CAXIAIS – RJ | CEP: 25.230-022 | CNPJ: 14.550.838/0001-63 – INSC
EST.:79.541.974

Conforme acima exposto, a empresa do ramo do objeto licitado deverá:

- O licitante vencedor deverá apresentar Licença Ambiental expedida pelo órgão ambiental da sede do licitante, para os serviços, **de galvanoplastia**, objeto deste certame. Conforme Anexo 1, Resolução CONAMA nº 237/97;
- O licitante deverá entregar juntamente com a licença ambiental, o CERTIFICADO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO – CLF, da POLÍCIA FEDERAL **e CERTIFICADO DE REGISTRO DE PRODUTOS CONTROLADOS PELO EXÉRCITO.**

Inclusive segundo a fonte: Dinâmica Despachante e Sindplast a saber,

“O LICENCIAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS

Quem precisa ter: Todas as pessoas físicas e/ou jurídicas que exercem atividades relacionadas a fabricação, utilização industrial/comercial, transporte, manuseio, exportação/importação, desembaraço alfandegário, armazenamento, comércio e o tráfego de produtos controlados em todo território brasileiro, são obrigadas a regularizar suas atividades junto aos órgãos competentes.

Qual a lei que exige: Lei federal nº 10.357/2001. Portaria nº 1.274/2003. Decreto estadual nº 6.911/1.935. Comunicado DOE/2003. Decreto Federal nº 3.665/2000. (R-105) e Lei Estadual nº 15.266/2013.

Quais órgãos fiscalizam:

Ministério do Exército Brasileiro:

Visa o controle de produtos químicos, com a finalidade de evitar os riscos de explosão ou fabricação de bombas e armas de destruição em massa.

-Polícia Federal:

Visa o controle e fiscalização de produtos químicos, com a finalidade de coibir o uso indevido que possam ser destinados à elaboração de drogas ilícitas de substâncias entorpecentes, psicotrópicas que causam dependência física ou psíquica.

- Policia Civil:

Visa licenciar e fiscalizar quaisquer atividades de produtos controlados.

Fonte: Dinâmica Despachante e Sindplast”

IV - DO DIREITO

O atendimento de requisitos previstos em lei especial é uma obrigação das empresas do ramo do objeto ora licitado, sendo assim, não constitui uma condição restritiva ao caráter competitivo do certame, pois o fato de determinada empresa não possuir o certificado em questão, tão somente caracteriza a desobediência aos ditames legais, condição essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

Nesta seara, mister se faz ressaltar que a Lei Federal nº 8.666/93, materializa, entre outros, determinados princípios, de forma expressa e imperativa, não podendo o administrador furtar-se a observá-los integralmente, sob pena de responsabilidade nos termos da legislação em vigor. Com efeito, assim dispõe o referido Diploma Legal, verbis:

*Art. 3.º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a **selecionar a proposta mais vantajosa** para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório** (desde que observados os pré-requisitos formais e materiais exigidos em lei), do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. (grifos nosso)*

A presente impugnação apresenta questão pontual que vicia o ato convocatório caso o vencedor não possua os requisitos comprovando a qualificação técnica da futura contratada, conforme previsto no inciso IV do art. 30 da Lei nº 8.666/93, bem como o atendimento dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010:

Lei nº 8.666/1993:

[...]

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

IV - prova de atendimento de **requisitos previstos em lei especial**, quando for o caso. [...]

Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

Art. 1º. Nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional **deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação**, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

*Art. 2º. Para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o instrumento convocatório deverá formular as **exigências de natureza ambiental** de forma a não frustrar a competitividade. (grifos nosso)*

Faz-se oportuno também destacar que, de acordo com o Acórdão nº 247/2009-TCU-Plenário, restou assente que “o cumprimento da legislação ambiental deve ser verificado ainda na fase de habilitação dos licitantes, conforme os artigos 28, inciso V, e 30, inciso IV, da Lei 8.666/1993 [...]. A lei não previu outro momento para se exigir o cumprimento de leis específicas (como as ambientais), nem para aquelas que impõem o cumprimento de certas condições para o funcionamento da licitante”.

Podemos, ainda, mencionar a licitação realizada pela CASA CIVIL, que em seu Pregão nº 19/2020 – Uasg: 943001, cujo OBJETO ERA O MESMO, estabeleceu a mesma exigência, podemos citar também a ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO, que em seu Pregão 11/2022 – Uasg: 160468, cujo objeto era similar ao em lide, estabeleceu a mesma exigência; e o GABINETE DO COMANDANTE DA MARINHA – DF, que em seu pregão nº 13/2022 cujo o objeto era similar ao em lide, também estabeleceu a mesma exigência, entre outros:

- DIRETORIA DE ABASTECIMENTO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO

Pregão nº 25/2020 – Uasg: 771000

- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – CASA CIVIL

Pregão nº 19/2020 – Uasg: 943001

- GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA

Pregão nº 02/2021 – Uasg: 120001

- POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Pregão nº 06/2021 – Uasg: 925621

- SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – TO

Pregão nº 029/2021 – Uasg: 925957

- SECRETARIA GERAL DO EXÉRCITO – SGEX

Pregão nº 01/2021 – Uasg: 160090

- POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Pregão nº 18/2021 – Uasg: 120195

- POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Pregão nº 108/2022 – Processo: PMSC 00016160/2022

- CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA

Pregão nº 03/2022 – Uasg: 711100

- POLÍCIA MILITAR DO RN

Pregão nº009/2022 – Uasg:

Todos os órgãos listados a cima, exigiu tanto a licença ambiental, quanto o certificado de licença de Funcionamento (CLF), emitido pela Polícia Federal.

V - DO PEDIDO

Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Entende-se por correção do ato convocatório a inclusão da exigência de apresentação da licença ambiental válida com GALVANOPLASTIA, nos termos da Resolução CONAMA nº 237/1997 e a Licença de Funcionamento (CLF), emitida pela Polícia Federal e Ministério do Exército como documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes.

a) Licença ambiental válida – Licença de Operação (LO) –, emitida em nome do fabricante do produto, conforme artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e art. 2º, caput e § 1º, e Anexo da Resolução CONAMA 237/1997; e

b.1. A licença ambiental supracitada se refere a Licença Ambiental com galvanoplastia, considerando a aderência da referida atividade ao objeto a ser licitado.

c. Certificado de Licença de Funcionamento (CLF), emitido pela Polícia Federal, em atendimento à Lei 10.357, de 27 de dezembro de 2001, ao Decreto 4.262, de 10 de junho de 2002 e à Portaria MJSP 240/19, de 12 de março de 2019.

d. Certificado de Registro de produtos controlados pelo Exército

e. Caso o licitante se caracterize apenas como comerciante, deverá buscar junto ao fabricante do item ofertado a documentação supra mencionada e apresentá-la conforme os termos previstos no Edital.

Tendo em vista que a sessão pública eletrônica está designada para 27/07/2022, requer, ainda, seja conferido efeito suspensivo à esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados. Caso contrário, há o iminente risco de todo o ritual do artigo 4.º da lei 10520/2002 ser considerado inválido, considerados os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dos documentos de habilitação.

NOVA FORMALTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MAT. MILITARES EIRELE-EPP
ESTRADA DAS FIGUEIRAS, QD 19 LOTE 7, 2LOT DAS CHACARAS RIO PETROPOLIS-
DUQUE DE CAXIAIS – RJ | CEP: 25.230-022 | CNPJ: 14.550.838/0001-63 – INSC
EST.:79.541.974

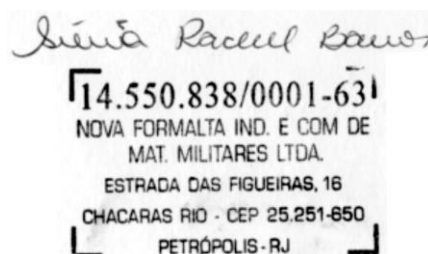
Requer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Termos em que,

Pede deferimento.

Duque de Caxias – RJ, 21 de Julho de 2022.

SILVIA RACHEL BARROS
SÓCIA – ADMINISTRADORA
CPF: 071.883.257-40 | RG: 10.854.406-
05



NOVA FORMALTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MAT. MILITARES EIRELE-EPP
ESTRADA DAS FIGUEIRAS, QD 19 LOTE 7, 2LOT DAS CHACARAS RIO PETROPOLIS-
DUQUE DE CAXIAIS – RJ | CEP: 25.230-022 | CNPJ: 14.550.838/0001-63 – INSC
EST.:79.541.974

Fw: IMPUGNAÇÃO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL 25/2022-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF - PROCESSO 08200.001648/2022-72 - Item 1

DLOG - Serviço de Compras CGAD

Mon 7/25/2022 3:38 PM

To: adrianofontanelli@hotmail.com <adrianofontanelli@hotmail.com>;

Prezado licitante, boa tarde

Segue abaixo resposta de INDEFERIMENTO da equipe de planejamento da contratação quanto ao pedido de impugnação ao Edital PE SRP nº 25/2022 - CGAD.

Att,

Equipe PE SRP 25/2022
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

Sent: Monday, July 25, 2022 2:52 PM

To: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Subject: RES: IMPUGNAÇÃO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL 25/2022-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF - PROCESSO 08200.001648/2022-72 - Item 1

Sr. Pregoeiro,

De acordo com o processo 08200.001648/2022-72, informa-se que foram enviados e-mails solicitando cotações de preços dos objetos para mais de 12 empresas, dentre essas, mais de sete empresas são nacionais. Usualmente, encaminha-se anexo ao corpo de email, o Termo de Referência juntamente com as especificações do objeto pretendido para que a Empresa possa ler, analisar e cotar o orçamento de acordo com as especificações almejadas no certame. Certo também, que a solicitação de cotação com o para a formação de preços fora encaminhada para a Empresa "Algemas do Brasil" que se certificou dos documentos recebidos, retornando-nos com a proposta de cotação para o item pleiteado. Adiciona-se que essa equipe realizou, não apenas pesquisa de preços junto às Empresas, mas se pautou nos parâmetros do Artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, especialmente:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Tendo em vista pesquisa realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação não se pode falar em direcionamento do certame, tendo em vista que várias empresas nacionais enviaram-nos cotações de preços.

Em relação ao segundo item pleiteado, informa-se que a resistência à riscos e arranhões será observada ao final dos testes onde será constatada a presença ou não de tal avarias.

Diante de tais questionamento, essa equipe indefere o pedido de impugnação solicitado.

Att,

Equipe de Planejamento da Contratação

De: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Enviada em: segunda-feira, 25 de julho de 2022 10:55

Assunto: Fw: IMPUGNAÇÃO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL 25/2022-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF - PROCESSO 08200.001648/2022-72 - Item 1

Prezados, bom dia

Encaminho pedido de impugnação ao item 1 do Edital PE SRP 25/2022 pela empresa ALGEMAS BRASIL para análise e manifestação deste departamento técnico da contratação.

Att,

Equipe PE SRP 25/2022

SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

From: Adriano Medeiros Fontanelli <adrianofontanelli@hotmail.com>

Sent: Friday, July 22, 2022 10:18 PM

To: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Cc: Sergio

Subject: IMPUGNAÇÃO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL 25/2022-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF - PROCESSO 08200.001648/2022-72 - Item 1

Ilustríssimo Senhor(a) Pregoeiro(a),

Segue Impugnação ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico Edital nº 25/2022, que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, conforme condições, valor unitário máximo aceitável e o valor total máximo aceitável, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. – Item 1 – Algema Tática Policial.

Solicito a gentileza de confirmar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

Adriano Medeiros FontanelliAdvogado - OAB/PR 61.703



Fone/Whats: +55 41 98499-5210

E-mail: adrianofontanelli@hotmail.com

Rua Dr. José Gostri Sobrinho, 528, Curitiba/PR - Brasil



Este e-mail e seus anexos são para uso exclusivo do destinatário e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. Não podem ser parcial ou totalmente reproduzidos sem o consentimento do autor. Qualquer divulgação ou uso não autorizado deste e-mail ou seus anexos é proibida. Se você receber esse e-mail por engano, por favor, notifique o remetente e apague-o imediatamente.

This e-mail and its attachments are for the sole use of the addressee and may contain information which is confidential and/or legally privileged. Should not be partly or wholly reproduced without consent of the owner. Any unauthorized use of disclosure of this e-mail or its attachments is prohibited. If you receive this e-mail in error, please immediately delete it and notify the sender by return e-mail.

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
FEDERAL – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 25/2022

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS 27/07/2022

ALGEMAS BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.677.849/0001-74, sediada na Rua João Kubis, nº 785 A, bairro Colônia Vila Prado, Município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná- CEP 83.504-640, neste ato representada por sua sócia-administradora **PIETRA PROCOPIO CASTRO PASQUALI**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.275.817-0-SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 099.617.839-21, por intermédio de seu Advogado que ao final assina¹, conforme instrumento de Mandato (**doc. 01**), vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no subitem 24.1. e 24.2., e demais disposições do item 24, do Edital em epígrafe, bem como nos §§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, e, por derradeiro, no art. 24, do Decreto Federal nº 10.024/2019, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2022

¹ Graduado em Direito pela Faculdade Estácio de Curitiba (2009), possui MBA em Previdência Complementar pela Universidade Positivo (2015), bem como especialização em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar (2017). Foi Assessor Jurídico da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP do Governo do Estado do Paraná durante 14 anos entre 2007 a 2021, atuando também como membro de Comissão Permanente de Processos Administrativos. Atua na área do Direito, com ênfase em Direito Administrativo, nos seguintes temas: Administração Pública, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil do Estado, Desapropriação, Licitações e Contratos Administrativos e Processo Administrativo.

pelas razões de fato e de direito que passa a expor, rogando, pois, se digne Vossa Senhoria a receber e processar a mesma na forma da Lei.

I – DA TEMPESTIVIDADE

No que diz respeito a tempestividade da impugnação, dispõe o art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, o qual regulamenta o Pregão Eletrônico, que:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Nesse sentido, cumpre destacar que a Lei nº. 8.666/93 estabelece em seu artigo 110 que na contagem de prazos exclui-se o dia do início e se inclui o dia do vencimento.

Ademais, quanto à interpretação da norma que estabelece o prazo e sua contagem, o Tribunal de Contas da União, consolidou o posicionamento supracitado em diversos julgados (Acórdãos nº 1/2007 – processo TC 014.506/2006; nº 382/2003 – processo TC 016.538/2002-2).

Além do mais, o Edital prevê no item 24.1 o prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública para apresentação de impugnação,

deste modo, como a data de abertura da sessão pública está marcada para o dia 27 de julho de 2022 (quarta-feira), verifica-se tempestiva a presente impugnação.

Todavia, como se sabe, as ilegalidades aqui abordadas são matérias de ordem pública, não estando sujeita a preclusão, sendo dever da Administração a sua apreciação independente do momento de sua evidenciação².

II – DO INSTITUTO DA IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação, a qual está amparada no art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, na Lei 10.520/2002 e no art. 41, §1º, da Lei 8.666/93, tem como fim a correção de vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do Pregão Eletrônico Edital n.º 31/2021 – item 1, promovido por esse respeitável Departamento.

Além dos referidos diplomas, sempre se faz importante destacar o fundamento constitucional do direito de petição previsto no art. 5º, XXXIV, “a”, da CRFB, que assim descreve: “*são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.*”

Assim, pretende-se afastar do processo licitatório em análise, exigências que extrapolam as normas e os princípios que norteiam a licitação pública, de acordo com o que preceitua a doutrina³:

[...] só serão válidos os atos administrativos praticados em conformidade com as normas nelas estabelecidas. Qualquer descumprimento a essas normas pela Administração Pública

² AMORIM, Victor Aguiar Jardim de, *Licitações e Contrato Administrativos: teoria e jurisprudência* – Brasília: Senado Federal. 2017, p. 90.

³ FRANÇA. Maria Adelaide. *Comentários à lei de licitações e contratos da administração pública*. – 5. Ed. Atual – São Paulo. 2008. p. 123.

acarretará a invalidação do procedimento licitatório ou a nulidade dos atos que infringiram o edital. **Muitas vezes a nulidade de um ato no processo licitatório pode não apenas prejudicar todo o processo, como também obrigar o reinício da licitação.**

Não obstante, não se duvida do fato de que os agentes públicos envolvidos no referido processo licitatório usaram de primoroso trabalho na busca pelo cumprimento das leis, alicerçados nos princípios da economicidade e eficiência.

Porém, mais que uma denúncia, a presente impugnação deve ser vista pela Administração como um ato voluntário colaborativo promovido pela licitante, a qual se consubstancia em instrumento essencial para o entendimento de questões técnicas intimamente ligadas ao objeto do certame, uma vez que, em regra, as empresas que fornecem o objeto licitado e que já participaram de centenas de licitações da mesma natureza, possuem um conhecimento mais profundo em relação ao mercado de algemas.⁴

Diante disso, impugnamos o edital em apreço para que a Administração Pública do Departamento de Polícia Federal corrija as ilegalidades que impedem o prosseguimento do certame nos termos que neste momento se encontra, diante dos vícios que o levam inevitavelmente à nulidade, e por consequência, a irreparáveis prejuízos aos cofres públicos.

III – DA IMPUGNANTE – ALGEMAS BRASIL

A Algemas Brasil é a maior fabricante de algemas no Brasil já tendo fornecido algemas a quase totalidade das forças de segurança no Brasil inclusive a academia da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, DEPEN Federal e demais órgãos de segurança pública do Brasil.

⁴ MOTTA, Fabricio. Revista Consulto Jurídico, <https://www.conjur.com.br/2016-mar-17/interesse-publico-bem-processo-licitatorio-impugnar-preciso>, Acesso em 19 de outubro de 2021.

Os produtos são os melhores e mais resistentes do mundo, aprovados em todos os testes de resistência física e química (ferrugem) pelos melhores laboratórios nacionais.

Localizada no município de Almirante Tamandaré (Região Metropolitana de Curitiba), possui cerca de 20 (vinte) colaboradores diretos e mais de 100 (cem) colaboradores indiretos, a Algemas Brasil Indústria, Comércio e Monitoramento de Sistemas Ltda disposta como sendo uma referência no mercado de algemas táticas, seguindo o que há de mais moderno e em soluções inovadoras voltadas a Administração Pública.

IV - DOS FATOS

A presente Impugnação visa a tomada das providências necessárias no intuito de determinar a Retificação do item 1 do presente Edital, uma vez que suas especificações contêm vícios insanáveis que o tornam inevitavelmente ilegal, qual seja, o **direcionamento do certame para uma única marca fabricante**.

Por oportuno, faz-se necessário transcrever o descritivo do objeto do procedimento licitatório Pregão Eletrônico Edital nº. 25/2022, do Departamento de Polícia Federal:

1. DO OBJETO


1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, conforme condições, valor unitário máximo aceitável e o valor total máximo aceitável, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

(...)

Anexo I

1. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

Itens	Objeto	Especificação	Figura Ilustrativa
1	Algema Tática Policial	<p>a) Algemas de aplicação nos punhos, com ligação em elos de corrente, sistema de trava e liberação de segurança em ambas as faces de cada elo da algema.</p> <p>b) Algemas feitas com aço inoxidável, aço carbono AISI 1020 ou material de qualidade similar com resistência a tração superior a 500 kgf/cm².</p> <p>c) Algemas na cor preta fosca anti-reflexo, cujo o material seja resistente a riscos e arranhões. Pode possuir capa de polímero de alta resistência.</p> <p>d) O material deve ser soldado ou rebitado desde que seja resistente a rupturas e a corrosão. As paredes dos dois elos devem possuir bordas abauladas e anticortantes, ou seja, sem cantos vivos em contato com os punhos do preso ou durante a aplicação pelo policial.</p> <p>e) Algemas contendo duas chaves do mesmo material;</p> <p>f) Peso máximo de 250 gramas (com 20% de tolerância); e</p> <p>g) Garantia mínima de 1 ano pelo fabricante.</p> <p>Modelo de referência: Similar ao Modelo 2010-HD Handcuffs with Dual Key Holes em cor preta anti-reflexo.</p>	

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

(...)

Tabela 5

ITEM	OBJETO	AMOSTRA (QUANTIDADE)	CRITÉRIO A SER AVALIADO	CRITÉRIO A SER AVALIADO
1	Algema Tática	01	AVALIAÇÃO VISUAL 1. Algema com duas chaves;	1. Algemas não possuem duas chaves;

			<p>2. Algema e chaves completamente na cor preta fosco anti-reflexo, cujo material seja resistente a riscos e arranhões. Pode possuir capa de polímero de alta resistência.</p> <p>3. Algema com mecanismo de trava e liberação de segurança em ambas as faces de cada elo da algema.</p> <p>4. Algema com ligação em elos de corrente com tamanho máximo da corrente de 7 cm;</p> <p>5. Material soldado ou rebitado, sendo resistente a rupturas e a corrosão;</p> <p>6. Paredes dos dois elos possuem bordas abauladas e anticortantes, sem cantos vivos que possam entrar em contato com os punhos do preso causando ferimentos durante a aplicação pelo policial.</p> <p>7. Correto alinhamento da algema, sem aspectos morfológicos que possam obstruir ou prejudicar seu funcionamento.</p> <p>8. Peso máximo de 300 gramas. (250 g + 50 g de tolerância (20%)).</p> <p>AValiação da Funcionalidade</p> <p>1. Travar a algema e testar a liberação das duas faces de cada um dos elos;</p> <p>2. Prender um elo da algema em suporte fixo, travar a algema e em contato com os punhos do realizar fortes empuxos.</p> <p>a) Verificar funcionamento das travas;</p> <p>b) Verificar danos causados na algema, averiguando quanto a resistência material.</p> <p>c) Verificar se há desalinhamento, folgas ou danos que possam prejudicar a reutilização da algema,</p> <p>d) Verificar se a algema continua nos padrões originais de funcionalidade.</p> <p>3. Refazer empuxos com outro elo da algema e</p> <p>4. Realizar 5 (cinco) repetições ou mais do ato de abrir e travar a algema em pessoas de diferentes completudes e em diferentes posições. Verificar o correto funcionamento da liberação da trava por ambos os lados de cada elo.</p>	<p>2. Algemas e chaves não da cor preta antireflexo e não possuem m resistente</p> <p>3. Algema não possuir mecanismo de liberação de segurança em ambas as fe cada elo da algema ou mecanismo de abertura não funcionando corretamente;</p> <p>4. Algema com ligação em elos de corrente tamanho superior a 7 cm;</p> <p>5. Ausência de resistência dos elos (ab efetuar um forte empuxo (tranco) nc fixo (corrimão);</p> <p>6. Paredes dos dois elos não possuem abaulada e anticortantes;</p> <p>7. Presença de cantos vivos que possam em contato com os punhos do causando-lhe ferimentos;</p> <p>8. Presença de desalinhamento da alge aspectos morfológicos que possam pre. seu funcionamento;</p> <p>9. Deformidade da algema após avalia funcionalidade;</p> <p>10. Peso da algema, sem as chaves superior a 250 gramas (20% de tolerância).</p>
--	--	--	---	---

Elucidados os pontos controvertidos e o objeto da licitação, passa-se a análise pontual de cada um dos itens supracitados, sendo necessária a alteração do edital impugnado, sob o risco que este permaneça eivado de ilegalidades que o levarão indubitavelmente à sua anulação.

V - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

a) Preferência para produtos nacionais em licitações públicas - direcionamento do certame para algemas produzidas no exterior em detrimento de produtos nacionais

Conforme é sabido, a Lei nº 8.666/93 teve seu conteúdo alterado pela Medida Provisória nº 495, de 19 de julho de 2010, convertida na Lei nº 12.349/2010. Dentre as principais alterações promovidas pela referida Lei, destaca-se aquela que institui a promoção do **desenvolvimento nacional sustentável** como uma das finalidades essenciais a serem alcançadas pela Administração Pública no curso das licitações.

De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93:

“a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a **promoção do desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (grifo nosso)

A Exposição de Motivos contida na MP nº 495/2010, estabelece que a modificação do art. 3º da Lei nº 8.666/93 teve por objetivo consignar em lei “*a relevância do poder de compra governamental como instrumento de promoção do mercado interno, considerando-se o potencial de demanda de bens e serviços domésticos do setor público, o correlato efeito multiplicador sobre o nível de atividade, a geração de emprego e renda e, por conseguinte, o desenvolvimento do país.*”.

Assim, a partir da vigência da Lei nº 12.349/2010 as licitações públicas, além de garantirem a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa, **devem igualmente promover o desenvolvimento nacional sustentável. Em vista disso, cabe à**

Administração Pública buscar em suas licitações a seleção da proposta mais vantajosa não só sob o aspecto econômico, mas também sob o prisma do desenvolvimento nacional sustentável, garantindo-se sempre a isonomia entre seus participantes.

De acordo com Marçal Justen Filho⁵, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável tem por fim “...*determinar que a contratação pública fosse concebida como um instrumento interventivo estatal para produzir resultados mais amplos do que o simples provisionamento de bens e serviços necessários à satisfação dos entes estatais.*” Logo, a “(...) *vantagem a ser buscada adquire novos contornos. A licitação passa a ser orientada a selecionar a proposta mais vantajosa inclusive sob o prisma do desenvolvimento nacional sustentável.*”.

Portanto, “*a nova finalidade fixada para a licitação representa novo propósito para o contrato administrativo. Este deixa de ser apenas instrumento para o atendimento da necessidade de um bem ou serviço, que motivou a realização da licitação, para constituir, também, instrumento da atividade de fomento estatal, voltado, dessa forma, não só para os interesses imediatos da Administração contratante como também para interesses mediatos, ligados às carências e ao desenvolvimento do setor privado.*”⁶

Nesse sentido, pode-se dizer que a licitação sustentável é um procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras.

No que tange especificamente aos aspectos sociais e econômicos, convém ressaltar que estes (aspectos) visam fomentar as atividades realizadas no território

⁵ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 73-74.

⁶ TCU. Acórdão nº 1.317/2013 – Plenário.

nacional, estabelecendo tratamento diferenciado entre os licitantes, de modo a viabilizar a criação de margem de preferência a empresas nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras para determinados bens em detrimento dos produtos estrangeiros. “*Trata-se, portanto, de promoção da indústria nacional, via procedimento licitatório, visando potencializar oportunidades de crescimento econômico e a criação de novos empregos e rendas, considerando-se o potencial de demanda de bens e serviços domésticos do setor público.*”⁷ De acordo com o art. 3º, §5º e seguintes, da Lei nº 8.666/1993:

“Art. 3º. (...)

§ 5º. Nos processos de licitação previstos no caput, poderá ser estabelecido margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

§ 6º. A margem de preferência de que trata o § 5º será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a 5 (cinco) anos, que levem em consideração:

- I - geração de emprego e renda;
- II - efeito na arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais;
- III - desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País;
- IV - custo adicional dos produtos e serviços; e
- V - em suas revisões, análise retrospectiva de resultados.

§ 7º. Para os produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, poderá ser estabelecido margem de preferência adicional àquela prevista no § 5º.

§ 8º. As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços, a que se referem os §§ 5º e 7º, serão definidas pelo Poder Executivo federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25% (vinte e cinco por

⁷ SILVA, Caroline Rodrigues da. *O pregão à luz dos decretos que instituem a margem de preferência nas licitações promovidas no âmbito da administração pública federal*. Revista JML de Licitações e Contratos – 56/26/MAR/2013, seção Síntese Jurídica.

cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.

§ 9º. As disposições contidas nos §§ 5º e 7º deste artigo não se aplicam aos bens e aos serviços cuja capacidade de produção ou prestação no País seja inferior:

I - à quantidade a ser adquirida ou contratada; ou

II - ao quantitativo fixado com fundamento no § 7º do art. 23 desta Lei, quando for o caso.

§ 10. A margem de preferência a que se refere o § 5º poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - Mercosul.

(...)

§ 13. Será divulgada na internet, a cada exercício financeiro, a relação de empresas favorecidas em decorrência do disposto nos §§ 5º, 7º, 10, 11 e 12 deste artigo, com indicação do volume de recursos destinados a cada uma delas." (sem grifos no original)

A aplicação de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam as normas técnicas brasileiras, no âmbito da Administração Pública Federal, é regulamentada de forma geral pelo Decreto nº 7.546/2011.

Nos termos do art. 3º, "caput", do citado Decreto, "*nas licitações no âmbito da administração pública federal será assegurada, **na forma prevista em regulamentos específicos**, margem de preferência, nos termos previstos neste Decreto, **para produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais** que atendam, além dos regulamentos técnicos pertinentes, a normas técnicas brasileiras, **limitada a vinte e cinco por cento acima do preço dos produtos manufaturados estrangeiros e serviços estrangeiros.***" (grifou-se)

Veja, portanto, que para a aplicação da margem de preferência a produtos manufaturados e serviços de procedência nacional é necessário que sejam observados

uma série de critérios objetivamente delimitados pela regra acima mencionada: I) previsão em regulamento específico (a exemplo dos inúmeros Decretos já editados pelo Poder Executivo Federal que estabelecem a margem de preferência a diversos produtos de procedência nacional)⁸; II) os produtos manufaturados e serviços nacionais devem atender regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras; e III) a margem de preferência deve limitar-se a 25%.

Ressalte-se que a margem de preferência será calculada em termos percentuais em relação à proposta melhor classificada para produtos manufaturados estrangeiros ou serviços estrangeiros, sendo que, nas licitações processadas sob a modalidade pregão, a margem de preferência será aplicada após a fase de lances, observando-se criteriosamente as fórmulas constantes nos Decretos especificamente elaborados para as categorias de produtos manufaturados e serviços nacionais privilegiados pela margem de preferência.

A especificação da algema diz que foi utilizado como Modelo de referência: Similar ao Modelo 2010-HD Handcuffs with Dual Key Holes em cor preta anti-reflexo.

Assim, para elaboração da especificação técnica da algema foram pesquisadas algemas fabricadas somente no mercado internacional, sem ao menos uma consulta para o mercado interno nacional.

Dessa forma, observa-se que houve desrespeito às regras instituídas pelo art. 3º, da Lei nº 8.666/93 e pelo Decreto nº 7.546/2011, que tratam da promoção do

⁸ O próprio TCU estabelece a necessidade de a admissão das margens de preferência para a contratação de bens e serviços ser devidamente regulamentada por Decreto do Poder Executivo federal. Nesse sentido, destaca-se o seguinte julgado:

“Acórdão ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em acolhimento ao Parecer do Relator, em:

(...)

9.1.2. é ilegal o estabelecimento, por parte de gestor público, de margem de preferência nos editais licitatórios para contratação de bens e serviços sem a devida regulamentação via decreto do Poder Executivo Federal, estabelecendo os percentuais para as margens de preferência normais e adicionais, conforme o caso e discriminando a abrangência de sua aplicação;” (TCU. Acórdão nº 1.317/2013 – Plenário). (grifou-se)

desenvolvimento nacional sustentável e da margem de preferência para produtos manufaturados nacionais.

Além disso, a especificação do item - Algemas Táticas, pede que a mesma seja **“...na cor preta fosca anti-reflexo, cujo o material seja resistente a riscos e arranhões. Pode possuir capa de polímero de alta resistência.”**.

Dentro dos critérios de avaliação sobre a cor do produto, têm-se que será avaliado visualmente **“2. Algema e chaves completamente na cor preta fosco anti-reflexo, cujo material seja resistente a riscos e arranhões. Pode possuir capa de polímero de alta resistência.”** e que será reprovado se **“Algemas e chaves não da cor preta antirreflexo e não possuírem m resistente;”** no entanto, não existe previsão no edital do método de como serão realizados os testes de avaliação da tinta para riscos e arranhões.

Quer seja, riscar a algema não é um teste de verificação, a avaliação da tinta do produto tem que ser mais específica e realizada em um laboratório credenciado para tanto.

De acordo como o conteúdo inscrito no sítio eletrônico do Laboratório EUROLAB⁹, respectiva avaliação deve ser realizada utilizando-se do padrão FLTM BO 162-01, desenvolvido pela Ford Motor Company (FORD). Vejamos:

O padrão FLTM BO 162-01, desenvolvido pela Ford Motor Company (FORD), descreve um método de teste para determinar a resistência a arranhões, branqueamento e deterioração nas superfícies de plástico ou outros materiais usados em veículos, sob condições padrão. Os critérios e classificações de aceitação para avaliação de riscos, clareamento e manchas de acordo com este padrão podem ser selecionados independentemente, dependendo da aplicação.

⁹ <https://www.eurolab.net/pt/testler/urun-guvenlik-testleri/fltm-bo-162-01-cizilme-ve-bozulmaya-dayaniklilik/>
(Acesso em 22/07/2022)

Arranhões, branqueamento e deterioração são tipos de danos mecânicos de superfície que podem ocorrer nas superfícies durante o uso normal e procedimentos de manuseio, transporte ou montagem.

A resistência a arranhões é a resistência de um corpo sólido a ser penetrado por uma borda ou cume em um segundo corpo que se move através de sua superfície. Os arranhões geralmente estão associados a uma única ocorrência na superfície da amostra. A raspagem normal inclui deformações como arranhões, mas também pode incluir rachaduras, descamação e remoção do material. Em contraste, deterioração é o termo usado para descrever arranhões superficiais relativamente finos caracterizados por danos superficiais, muitas vezes espalhados por uma área relativamente grande, que normalmente degrada a aparência do revestimento da superfície. É correto pensar na resistência à degradação como uma propriedade da superfície, enquanto a resistência a arranhões ou abrasão inclui o corpo do material.

Durante os testes de resistência a arranhões e distorções, uma ponta com uma determinada geometria é riscada ao longo da superfície da amostra a uma velocidade e força conhecidas. O objetivo da maioria dos estudos de resistência a arranhões ou deterioração é determinar o comportamento do material sob certas condições de teste, estabelecer uma classificação relativa de materiais semelhantes ou determinar o limite de falha de um revestimento de superfície. Essas informações são então usadas para entender melhor as propriedades da superfície do material e as características de desempenho.

Semelhante aos testes de desgaste, a quantidade de danos por arranhões em uma superfície de material pode ser afetada por parâmetros de teste, como composição e geometria da ponta, carga e taxa de arranhões, e requer um procedimento apropriado para minimizar esses efeitos. A seleção inadequada da geometria da pastilha e as condições de carregamento geralmente produzem danos

mais sérios do que os danos em serviço, resultando em resultados enganosos.

Portanto, a Impugnante entende ser necessário incluir no Edital do Pregão Eletrônico os critérios de avaliação da tinta para riscos e arranhões.

Caso a avaliação da tinta seja realizada somente com a técnica de riscamento profundo do produto, a única algema que resistirá é da ASP, INC (Armament Systems and Procedures), a única no mundo que possui capa de polímero, cuja descrição contida no TR estranhamente aceita, conforme abaixo se observa:



Sendo assim, o item do Edital acaba por direcionar indevidamente o certame, mesmo que de forma intencional, para uma única fabricante do produto “ASP”, a empresa ASP, INC (Armament Systems and Procedures), localizada à 2511 East Capitol Dr. Appleton, WI 54911, Estados Unidos da América, conforme pode ser conferido no sítio

eletrônico da mesma: <https://www.asp-usa.com/collections/chain-handcuffs/products/ultra-cuffs-chain-aluminum-bow?variant=4846166278185>.

Essa exigência no instrumento convocatório contraria à própria essência da licitação que é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame ao maior número possível de concorrentes.

Assim, as regras da licitação determinadas no Edital devem permitir a participação do maior número possível de participantes, impondo somente as condições necessárias para que as propostas se adequem às necessidades da Administração Pública.

O princípio da competitividade é princípio atinente somente à licitação, e está diretamente ligado ao princípio da isonomia. Ora, manter as condições para que haja uma competição isenta de dirigismos, preferências escusas ou interesses dissociados da coisa pública é, em primeira instância, cuidar para que essas condições de participação do certame sejam equânimes para todos os interessados. Simplesmente, podemos afirmar que não há competição sem isonomia e não há isonomia sem competição.

Nesse sentido, determina o § 1º, do 3º da Lei nº 8.666/93, que:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Como se observa do acima transcrito, a norma é bastante abrangente em seu dispositivo, usando nada mais que sete verbos, no infinitivo e conjugados (admitir, prever, incluir, tolerar, comprometer, restringir e frustrar), para coibir quaisquer atividades que tenham por meta direta ou indireta afetar o caráter competitivo do certame licitatório.

O § 1º, do art. 3º, abriga proibição expressa ao Administrador de prever ou tolerar, nos editais, cláusulas ou condições que de qualquer forma comprometam o caráter competitivo do certame. Toshio Mukai ¹⁰ extrai dessa disposição o princípio da competitividade que:

“Tão essencial na matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto mesmo”.

Ora, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se aperfeiçoe da melhor forma possível, o que se traduz na seleção mais vantajosa para a Administração Pública, conforme leciona José dos Santos Carvalho Filho¹¹:

“Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros.”

Mister se faz ponderar que a disputa apresenta-se como fundamental ao procedimento licitatório, sendo que a ausência de competitividade acarreta a revogação do certame convocatório. Neste sentido, calha trazer a lume o entendimento cristalizado pelo

¹⁰ MUKAI, Toshio. O estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos, São Paulo, Saraiva, 1998, p. 16.

¹¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 27.ª ed. rev. amp. e atual. até 31-12-2013, São Paulo, Atlas, 2014, p. 249.

Superior Tribunal de Justiça, no que concerne ao tema, consoante é extraído do aresto coligido:

Ementa: Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Administrativo. Licitação. Modalidade de pregão eletrônico. Revogação. Ausência de competitividade. Possibilidade. Devido processo legal. Observância. Recurso desprovido. [...] 5. A revogação do certame é ato administrativo, exigindo, portanto, a devida fundamentação e motivação (justo motivo para seu desfazimento), assim como o cumprimento das disposições legais. 6. O art. 49 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê a possibilidade de revogação do procedimento licitatório, em caso de interesse público, "decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta". Por sua vez, o art. 18, caput, do Decreto 3.555/2000, o qual regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, dispõe que "a autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado". 7. **No caso em exame, o Governador do Estado do Paraná revogou o pregão eletrônico, de forma fundamentada e com supedâneo nos referidos dispositivos legais e em parecer da Assessoria Jurídica da Casa Civil, entendendo pela ausência de competitividade no certame, na medida em que houve a participação efetiva de apenas uma empresa, o que impossibilitou a Administração Pública de analisar a melhor oferta e dar cumprimento ao princípio da proposta mais vantajosa. 8. A participação de um único licitante no procedimento licitatório configura falta de competitividade, o que autoriza a revogação do certame. Isso, porque uma das finalidades da licitação é a obtenção da melhor proposta, com mais vantagens e prestações menos onerosas**

para a Administração, em uma relação de custo-benefício, de modo que deve ser garantida, para tanto, a participação do maior número de competidores possíveis. 9. "Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido" (RMS 23.402/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 2.4.2008). [...] 11. Recurso ordinário desprovido. (Superior Tribunal de Justiça – Primeira Turma/ RMS 23.360/PR/ Relatora: Ministra Denise Arruda/ Julgado em 17.12.2008). (sem grifos no original)

Neste sentido, citamos a seguinte deliberação do Tribunal de Contas da União - TCU:

Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo **a impedir restrições à competitividade**. Acórdão 819/2005-Plenário (grifo nosso)

Inclusive a restrição de competição configura-se como crime previsto no art. 90 da Lei 8.666/9, a saber:

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:
Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

A esse respeito o Superior Tribunal de Justiça - STJ se posicionou no seguinte sentido:

“Basta à caracterização do delito tipificado no artigo 90 da Lei nº 8.666/93 ("Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa) que o agente frustre ou fraude o caráter competitivo da licitação, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, com o intuito de obter vantagem decorrente da adjudicação do objeto do certame.” (STJ, HC 45.127/MG, julgado em 25/02/2008).

Importante também recordar que o art. 83, da Lei nº 8.666/93, estabelece que:

“Os crimes definidos nesta Lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo”.

Pelo Princípio da Vantajosidade e Economicidade, presume-se como sendo prerrogativa da Administração Pública a congregação do maior número possível de concorrentes, viabilizando agregar preço e qualidade aos serviços, como aspectos que interagem e se complementam, promovendo, desta forma, maior competitividade entre os participantes e opções para o órgão licitante em adequar suas possibilidades e necessidades junto ao serviço licitado.

Nesse ínterim, faz-se mister assinalar que o legislador, mediante o artigo 3º, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93, prescreve, também, a observância do princípio da competitividade, por considerá-lo, sem dúvida, essencial em certames da espécie de que se cogita, porquanto se faltar a competição entre os que deles participam, a própria licitação perderá sua razão de ser, que é a de conseguir para o Poder Público a proposta que lhe seja mais vantajosa.

Assim, qualquer exigência no edital deve ser aplicada em conformidade com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, inerentes à Administração Pública, buscando seu único fim, qual seja, a participação ampla das interessadas nos processos licitatórios promovidos pela Administração Pública, e não restringir esta participação. Afinal, somente desta forma estar-se-á assegurando uma conduta justa e ilibada da Administração na prática de seus atos.

Consta no Estudo Técnico Preliminar nº 21/2022, junto aos documentos do certame, que a área técnica requisitante justifica que as algemas ***“...serão na cor preto fosco, em aço inoxidável ou material similar para que seja resistente à rupturas e a corrosão, garantindo a permanência da cor e eliminando riscos e o preto brilhoso. A cor preto fosco é uma forma de padronizar a vestimenta do policial em suas operações, mantendo-se a descrição em suas atividades. ...”***.

No entanto, qualquer metal pintado não estão livres de sofrer riscos e arranhões, ou seja, mais uma vez o objeto da licitação está sendo direcionado para uma única marca/modelo de algema.

Qualquer algema pintada por qualquer processo industrial vai riscar, inclusive se utilizada a Cerakote conhecida como pintura cerâmica em armas, risca da mesma forma.

As algemas da Impugnante possuem pintura Guncote com excelente resistência mas se riscada com objeto contundente não vai resistir, porém no dia a dia a pintura possui resistência perfeita por longo período.

Optar pelo uso de produto de um único fabricante e ainda internacional, tira as chances de uma indústria nacional que tenha um produto de excelência, aprovado em todas as normas mundiais e que proporciona a mesma finalidade que é algemação de conduzido e a dificuldade na abertura do equipamento pelo mesmo ou por terceiros.

Por fim, se concretizada a compra do material especificado no edital, custaria ao erário em torno de uns US\$ 35,00 (trinta e cinco dólares americanos), que convertendo em reais chegará a R\$ 193,90 (cento e trinta e nove reais) sem contar com os custos do Imposto de Importação e o Frete.

IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO CONHECIDA, e no mérito julgada PROCEDENTE, com efeito para:

- a) Sejam consultadas empresas nacionais para a formação do preço e da especificação do objeto da alínea da licitação; e
- b) Seja incluído no Edital do Pregão Eletrônico os critérios de avaliação da tinta para riscos e arranhões.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Curitiba, 22 de julho de 2022.

**ADRIANO
MEDEIROS
FONTANELLI**

**ADRIANO MEDEIROS FONTANELLI
OAB/PR 61.703**

Assinado de forma digital
por ADRIANO MEDEIROS
FONTANELLI
Dados: 2022.07.22
22:14:28 -03'00'